

 GOVERNADORA
VIVIAN MENDES
vice **MARCELO PEREIRA** **80**

PROGRAMA PARA CONSTRUIR O SOCIALISMO EM SÃO PAULO

CHEGA DE GOVERNO DOS RICOS
O POVO TRABALHADOR VAI GOVERNAR SÃO PAULO!



Programa de governo: Vivian Mendes e Marcelo Pereira
Unidade Popular pelo Socialismo - 2026

UP 

SUMÁRIO

PARTE I - APRESENTAÇÃO

1. Carta ao povo trabalhador de São Paulo	7
2. Chega de governo dos ricos: O povo trabalhador vai governar São Paulo!	9
3. Os princípios de um Governo Popular para construir o socialismo em São Paulo.....	14

PARTE II - O PROGRAMA DO PODER POPULAR E DO SOCIALISMO

1. TRABALHO, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO PARA O POVO	21
a. Trabalho, emprego e renda.....	22
b. Desenvolvimento econômico e reindustrialização.....	26
c. Ciência, tecnologia e formação politécnica.....	26
d. Desenvolvimento regional.....	29
e. Reforma agrária, agricultura familiar e soberania alimentar	31
f. Desenvolvimento, justiça climática e preservação da vida.....	32
2. COMBATE ÀS PRIVATIZAÇÕES: SERVIÇOS PÚBLICOS PARA GARANTIR DIREITOS.....	35
a. Água, saneamento e energia.....	37
b. Transporte público	40
c. Saúde.....	43
3. DIREITOS, DEMOCRACIA E PODER POPULAR	47
a. Segurança pública e direitos humanos	51
b. Mulheres.....	55
c. Crianças e adolescentes.....	58
d. Juventude	61
e. Educação.....	64
f. Igualdade racial.....	68
g. Moradia	71
h. Cultura	74
i. Esporte e lazer.....	77
j. Comunicação e acesso à informação.....	80

PARTE III - O SOCIALISMO É O FUTURO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

1. Solidariedade internacional e integração entre os povos.....	86
2. O socialismo como única alternativa para São Paulo.....	89

**UMA ALTERNATIVA
SOCIALISTA PARA O
POVO DE SÃO PAULO**



CARTA AO POVO DE SÃO PAULO

PRECISAMOS ACABAR COM OS GOVERNOS DOS RICOS E CONSTRUIR O SOCIALISMO EM SÃO PAULO

Querido povo trabalhador paulista,

São Paulo é o estado mais rico do Brasil. Aqui são produzidas algumas das maiores riquezas do nosso país. Temos trabalhadores e trabalhadoras que movem a indústria, o comércio, a agricultura, a ciência e a tecnologia, além de universidades reconhecidas internacionalmente e grande capacidade produtiva. No entanto, essa riqueza não pertence ao povo que a produz. Enquanto milhões de pessoas enfrentam longas jornadas de trabalho, transporte precário e um custo de vida cada vez

mais alto, uma pequena minoria concentra lucros e privilégios.

Essa desigualdade não é natural nem resultado do acaso. Ela é consequência de escolhas políticas que colocam os interesses dos grandes empresários e do mercado financeiro acima das necessidades da população. Enquanto faltam investimentos em hospitais, escolas, moradias e transporte público, bancos registram lucros bilionários e empresas transformam direitos

essenciais em oportunidades de negócio.

Nos últimos anos, esse projeto se aprofundou em nosso estado. As privatizações avançaram sobre serviços fundamentais, a violência contra mulheres e crianças continuou crescendo, a violência de Estado atingiu principalmente a juventude negra e periférica e milhares de trabalhadores passaram a viver entre o desemprego, a informalidade e jornadas cada vez mais desumanas. Ao mesmo tempo, direitos conquistados ao longo de décadas passa-

ram a ser tratados como obstáculos aos interesses do mercado.

Conhecemos essa realidade porque construímos nossa trajetória ao lado do povo paulista. Estivemos nas mobilizações contra a privatização da Sabesp, na defesa da CPTM pública, nas lutas em defesa da educação, da saúde, dos direitos das mulheres, da juventude e dos trabalhadores. Nunca observamos os problemas de São Paulo de um gabinete. Aprendemos ao enfrentar cada um deles ao lado de quem mais sofre com a desigualdade, a violência e o abandono do poder público.

É justamente essa experiência coletiva que levaremos para o governo. Não acreditamos que uma única pessoa seja capaz de resolver os enormes desafios de São Paulo. Nossa força está na experiência acumulada pelo povo organizado, nos movimentos populares, nos trabalhadores, nas mulheres, na juventude, nos pesquisadores, nos servidores públicos e em todos aqueles que dedicam sua vida à transformação da sociedade. Governaremos ouvindo quem vive os problemas todos os dias, acreditando no poder popular como a principal forma de construir soluções para o nosso estado.

O governo de Tarcísio de

Freitas representa a continuidade do projeto que está em curso em São Paulo. Um projeto que combina privatizações, retirada de direitos, violência de Estado, perseguição aos movimentos populares e fortalecimento da extrema-direita. Derrotá-lo é uma tarefa fundamental para defender as liberdades democráticas e impedir que São Paulo continue sendo governado para beneficiar uma pequena minoria. Mas sabemos que isso, por si só, não basta. Se mantivermos um modelo econômico que concentra a riqueza nas mãos de poucos, os mesmos problemas continuarão se repetindo.

Nossa candidatura apresenta um caminho diferente. Acreditamos que São Paulo pode ser governado por quem trabalha. Defendemos um estado em que a água, a saúde, a educação, a energia e o transporte sejam tratados como direitos e não como mercadorias. Queremos valorizar o trabalhador, acabar com a escala 6x1, aumentar em 100% o salário-mínimo, fortalecer a indústria, a ciência e a agricultura, combater todas as formas de violência e garantir uma vida digna para toda a população.

Chamamos esse projeto de socialismo. O socialismo significa colocar a imensa riqueza produzida pelo povo

paulista a serviço do próprio povo, planejando a economia para atender às necessidades da maioria e ampliando a participação popular nas decisões do Estado. Implementar o socialismo é construir uma sociedade baseada na solidariedade, na igualdade, na soberania nacional e na justiça social.

Esse Plano de Governo nasce com esse espírito: apresentar propostas concretas para melhorar a vida da população e abrir caminho para uma sociedade em que ninguém seja explorado, discriminado ou privado de seus direitos.

Convido você a construir esse futuro conosco e colocar em movimento a locomotiva do socialismo. Foi o povo trabalhador quem fez de São Paulo o estado mais rico do Brasil. Será o povo organizado quem fará dessa riqueza um patrimônio de todos.

Vivian Mendes

Candidata ao Governo do Estado de São Paulo pela Unidade Popular (UP).



CHEGA DE GOVERNO DOS RICOS

O POVO TRABALHADOR VAI GOVERNAR SÃO PAULO

São Paulo é o estado mais rico do Brasil. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 3,4 trilhões, o Estado responde por cerca de 31% de toda a riqueza produzida no país. Aqui estão concentrados o maior parque industrial da América Latina, importantes centros de pesquisa, universidades de excelência, grandes empresas, infraestrutura estratégica e milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, todos os dias, produzem a riqueza que movimenta a economia brasileira.

São Paulo possui o segundo maior orçamento público do Brasil, atrás apenas da União. Em 2026, o orçamento estadual ultrapassou R\$ 382 bilhões, valor superior ao PIB de muitos países. Esses números demonstram que São Paulo possui recursos, capacidade produtiva, conhecimento científico e força de trabalho suficientes para garantir saúde, educação, transporte, moradia, segurança, cultura e qualidade de vida para todo o seu povo.

Entretanto, a realidade vivida pela maioria dos pau-

listas revela uma contradição profunda. A riqueza produzida pelo trabalho de nosso povo não retorna para quem a produz. Ela fica nas mãos de uma pequena minoria de bilionários, banqueiros, fundos de investimento e rentistas, enquanto milhões de trabalhadores enfrentam salários baixos, desemprego, informalidade, longas jornadas de trabalho, transporte precário, moradias inadequadas e serviços públicos cada vez mais sucateados. Essa desigualdade aparece de forma particularmente cruel na

capital paulista. Em nenhum outro lugar essa contradição se manifesta de forma tão evidente. A cidade de São Paulo concentra o maior número de bilionários do Brasil e, ao mesmo tempo, a maior população em situação de rua do país. A mesma cidade que produz algumas das maiores fortunas da América Latina convive diariamente com dezenas de milhares de pessoas sem acesso ao direito mais básico: uma moradia digna.

Esse contraste não representa um fracasso do desenvolvimento paulista; representa o resultado de um modelo econômico que concentra riqueza para poucos e nega direitos à maioria, o capitalismo.

Por isso, afirmar que faltam recursos para resolver os problemas do estado é esconder a verdadeira causa da crise. O problema de São Paulo nunca foi a falta de dinheiro. O problema está na forma como a riqueza é distribuída e nas prioridades definidas pelos governos.

Enquanto faltam investimentos em hospitais, escolas, transporte público, habitação e segurança cidadã, o Estado beneficia os mais ricos e deixa de arrecadar dezenas de bilhões de reais todos os anos por meio de isenções e benefícios fiscais concedidos a grandes empresas. Apenas

para 2026, estão previstos R\$85 bilhões em isenções fiscais para empresas, quase totalmente para grandes empresários aliados e financiadores do governador.

Esse valor é mais que o dobro de todo o orçamento destinado à Secretaria de Estado da Saúde, fixado em R\$ 37,9 bilhões para o mesmo ano. A segurança pública conta com R\$ 20,1 bilhões, enquanto a educação sofre com cortes e incertezas provocados pela reforma fiscal do governo, que ameaça o financiamento das universidades estaduais. Em outras palavras, o Estado abre mão de arrecadar mais recursos do que investe em áreas fundamentais para a vida do povo. Isso demonstra que o problema de São Paulo não é a falta de dinheiro, mas uma opção política de favorecer o grande capital em vez de investir nos direitos da maioria da população.

Essa lógica também se expressa no papel cada vez mais dominante do capital financeiro sobre a economia. Em vez de estimular a produção, a industrialização, a geração de empregos e o desenvolvimento científico, a riqueza produzida pelo povo é cada vez mais apropriada por bancos, fundos de investimento e grandes rentistas, que obtêm

lucros extraordinários por meio da especulação financeira, dos juros, das privatizações e da transferência de recursos públicos para os bancos. Enquanto trabalhadores produzem riqueza, bilionários rentistas acumulam patrimônio sem produzir bens, alimentos, conhecimento ou empregos. A economia passa a servir aos interesses da renda financeira, e não às



necessidades do povo trabalhador.

Foi esse projeto que sucessivos governos de direita aprofundaram nas últimas décadas e que encontrou no governo Tarcísio de Freitas sua expressão mais agressiva. Em nome da suposta eficiência do mercado, empresas públicas estratégicas passaram a ser privatizadas ou concedidas à

iniciativa privada. A Sabesp foi entregue ao capital privado. Avançaram as concessões e privatizações

No sistema metroferroviário, além da entrega de parques, serviços públicos e outros patrimônios construídos por gerações de trabalhadores paulistas.

Os resultados desse modelo rapidamente apareceram. A população passou a conviver



com falhas recorrentes nas linhas privatizadas de trens metropolitanos como incêndios, interrupções de operação, atrasos, superlotação e queda da qualidade do serviço. Obras relacionadas à Sabesp causaram graves acidentes, como a abertura de crateras que colocaram em risco comunidades inteiras e explosão de casas. Os constantes apagões provocados pela precarização dos serviços de energia

demonstram, da mesma forma, que a lógica do lucro não garante eficiência nem qualidade. Quando serviços essenciais são transformados em mercadorias, o interesse dos acionistas passa a valer mais do que o direito do povo.

Ao mesmo tempo em que entrega o patrimônio público, esse projeto entrega ao povo mais violência. O povo trabalhador de São Paulo hoje vive entre duas ameaças permanentes: de um lado, o crime organizado, que impõe medo e controle sobre diversos territórios; de outro, uma política de segurança pública baseada na morte, que transforma principalmente a juventude negra e periférica em alvo da violência estatal. Em vez de enfrentar as causas sociais da violência, amplia-se o encarceramento, legitimam-se operações letais e naturaliza-se a violação de direitos humanos.

Para a Unidade Popular, o que está em curso em São Paulo tem nome: fascismo. O fascismo é a forma pela qual, diante das crises do capitalismo, o grande capital – especialmente o capital financeiro – busca preservar seus privilégios por meio do autoritarismo, da retirada de direitos, da perseguição aos movimentos populares e

do uso crescente da violência como instrumento de controle social.

Em São Paulo, essa política se expressa na privatização do patrimônio público, na submissão do Estado aos interesses do mercado financeiro, no desmonte dos serviços públicos, na criminalização da organização popular e na expansão da violência de Estado contra o povo trabalhador, especialmente a juventude negra e periférica.

Derrotar esse projeto é uma necessidade histórica para o povo paulista. Mas sabemos que derrotar o fascismo, por si só, não resolve os problemas estruturais do estado. Enquanto a riqueza produzida por milhões continuar apropriada por uma pequena minoria, novas formas de exploração e autoritarismo continuarão surgindo.

Por isso, nossa proposta vai além da alternância de governos: defendemos uma transformação profunda da sociedade.

Este documento apresenta propostas para mudar profundamente o estado de São Paulo. Para isso, destacamos quatro grandes problemas que expressam, hoje, as principais consequências do projeto político neoliberal de 30 anos de PSDB e do fascismo de Tarcisio, implementado em São Paulo.

1 Fim das privatizações e reestatização dos bens públicos privatizados

A entrega de empresas públicas e serviços essenciais transfere para grandes grupos econômicos riquezas construídas por gerações de trabalhadores, piora a qualidade dos serviços, aumenta tarifas e gera demissões de trabalhadores qualificados e precarização do trabalho. Acabar com as privatizações e reestatizar o que foi privatizado em São Paulo é uma de nossas prioridades.

2 Combate à violência contra mulheres e crianças.

Não aceitaremos que milhares de mulheres continuem sendo vítimas de feminicídio, violência doméstica, estupro e desigualdade. Nossas crianças não podem continuar sofrendo abusos e nem crescer sendo submetidas ao abandono, à fome ou à falta de acesso a serviços públicos

de qualidade. Em meio a uma verdadeira epidemia de violência contra mulheres e crianças, o governo do maior estado do país não pode se omitir. Combater os feminicídios e defender nossas crianças será nosso compromisso ao governar São Paulo.

3 Fim da violência de Estado contra o povo

A política de segurança pública não pode continuar baseada no extermínio da juventude negra e periférica, na repressão aos movimentos populares e na violação sistemática dos direitos humanos. Defender a vida, combater o racismo e construir uma segurança pública voltada para a proteção da população será uma prioridade permanente de nosso governo.

4 Fim da escala 6x1 e aumento de 100% do salário-mínimo

O estado mais rico do Brasil não pode conviver com desemprego, informalidade, baixos salários e jornadas desumanas. Defendemos a valorização do trabalho, o fim da escala 6x1, a geração de empregos de qualidade e a reindustrialização de São Paulo. O salário mínimo paulista é absolutamente insuficiente para as famílias sobreviverem em São Paulo, por isso defendemos o au-

mento de 100% do salário mínimo como parte de um novo projeto de desenvolvimento popular.

Esses quatro eixos sintetizam os principais desafios enfrentados pelo povo paulista, mas também apontam para uma questão mais profunda. Todos eles são consequência de um modelo econômico e político que coloca o lucro acima da vida e transforma direitos em mercadorias. É por isso que nosso programa não se limita a administrar os problemas existentes. Nosso compromisso é enfrentar suas causas. Acreditamos que somente o socialismo pode enfrentar as causas estruturais da desigualdade, da exploração, da violência e da concentração da riqueza. Um governo construído democraticamente pelo povo trabalhador, com participação popular permanente nas decisões do Estado, com controle público dos setores estratégicos da economia e pelo planejamento do desenvolvimento e garantia de que toda a riqueza produzida em São Paulo cumpra uma função social.

É justamente por isso que este documento não deve ser compreendido apenas como um plano apresentado por uma candidatura durante uma campanha eleitoral. Este é um programa cons-

truído para servir como instrumento de organização e mobilização do povo paulista. É uma convocação para que trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, juventude, população negra, povos indígenas, quilombolas, cientistas, professores, artistas, servidores públicos, pequenos produtores e todos aqueles que vivem do próprio trabalho participem da construção de um novo projeto para São Paulo.

Um projeto em que a riqueza produzida pelo povo pertença ao povo. Em que o patrimônio público seja colocado a serviço da maioria. Em que a democracia seja fortalecida pela participação popular. Em que a exploração e todas as formas de opressão sejam definitivamente superadas.

É esse o compromisso que orienta todo este programa: construir, junto com o povo paulista, um estado de São Paulo socialista.



NOSSOS PRINCÍPIOS

OS PRINCÍPIOS DE UM GOVERNO POPULAR PARA CONSTRUIR O SOCIALISMO EM SÃO PAULO

Todo governo possui um caráter de classe. Não existe governo que represente ricos e pobres, patrões e trabalhadores, exploradores e explorados. Em uma sociedade dividida em classes sociais, governar é sempre fazer uma escolha: defender os interesses de uma minoria que concentra a riqueza ou colocar o Estado a serviço do povo trabalhador

São Paulo tem sido governado para os ricos. Enquanto as trabalhadoras e os trabalhadores construíam a maior economia do Brasil, os sucessivos governos entrega-

gavam empresas públicas, concediam bilhões de reais em isenções fiscais às grandes empresas, desmontavam serviços públicos e submetiam o Estado aos interesses do mercado financeiro. O resultado é um estado cada vez mais rico para uma pequena elite e a vida cada vez mais difícil para quem vive do próprio trabalho.

Essa realidade não é fruto de erros administrativos nem da falta de recursos. É consequência de um projeto político. Um projeto que transforma direitos em mer-

cadorias, coloca o lucro acima da vida, concentra a riqueza nas mãos de poucos e utiliza a violência para preservar seus interesses. Esse é o projeto do fascismo.

Nossa candidatura representa um projeto de classe oposto. Defendemos um Governo Popular comprometido com os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da Capital e do Interior, com os operários, a juventude, as mulheres, o povo negro, os povos indígenas, os quilombolas, os servidores públicos, os pequenos produtores, os

cientistas, os artistas e todos aqueles que vivem do próprio trabalho. Governaremos para quem produz a riqueza de São Paulo e não para aqueles que vivem da exploração do trabalho alheio e da especulação financeira.

Os princípios apresentados neste capítulo orientam todas as propostas deste Plano de Governo. Eles expressam nossa defesa de que é possível governar São Paulo de outra forma: colocando o patrimônio público a serviço do povo, ampliando a participação popular nas decisões do Estado, enfrentando todas as formas de exploração e opressão e construindo as bases de uma sociedade socialista.



Este programa, portanto, não é apenas um conjunto de propostas para administrar o Estado. É um compromisso político com a construção de um Governo Popular dos Trabalhadores e um convite para que o povo paulista participe dessa transformação. Porque somente o povo organizado será capaz de derrotar o fascismo e construir São Paulo socialista.

1 *Governar para quem produz a riqueza*

Toda riqueza produzida em São Paulo nasce do trabalho. São os operários que movimentam as fábricas, os professores que formam novas gerações, os profissionais da saúde que salvam vidas, os trabalhadores do transporte que mantêm as cidades funcionando, os agricultores que produzem alimentos, os pesquisadores que desenvolvem ciência, os servidores públicos que garantem os serviços essenciais e milhões de pessoas que, todos os dias, constroem a maior economia do Brasil.

Entretanto, quem produz essa riqueza não é quem se beneficia dela. Enquanto a maioria trabalha cada vez mais para sobreviver, uma pequena minoria acumula fortunas cada vez maiores explorando a força de trabalho e o sangue de nossa classe. Bancos registram lucros bilionários, fundos de investimento ampliam suas fortunas e grandes grupos econômicos recebem incentivos públicos enquanto o povo enfrenta baixos salários, desemprego, precarização do trabalho e serviços públicos insuficientes.

Um Governo Popular inverterá essa lógica. O Estado deixará de servir aos

interesses do grande capital e passará a atuar para garantir emprego, renda, direitos e qualidade de vida para quem vive do próprio trabalho. O desenvolvimento econômico não pode continuar sendo medido pelo crescimento dos lucros das grandes empresas, mas pela melhoria concreta das condições de vida do povo.

interesses do grande capital e passará a atuar para garantir emprego, renda, direitos e qualidade de vida para quem vive do próprio trabalho. O desenvolvimento econômico não pode continuar sendo medido pelo crescimento dos lucros das grandes empresas, mas pela melhoria concreta das condições de vida do povo.

Por isso, assumimos como prioridade a valorização do trabalho e de quem trabalha. Lutaremos pelo aumento de 100% do salário-mínimo, por entendermos que nenhum trabalhador deve permanecer na pobreza depois de uma vida inteira produzindo as riquezas da sociedade. Da mesma forma, defendemos o fim da escala 6x1, substituindo um modelo de exploração que rouba o tempo de descanso, de convivência familiar, de estudo e de participação política dos trabalhadores

Também promoveremos um amplo programa de geração

de empregos, baseado na reindustrialização do estado, no fortalecimento das empresas públicas, na valorização da agricultura, da ciência e da tecnologia e no incentivo às cooperativas e à economia popular.

O trabalho deve ser tratado como um direito e como fundamento da dignidade humana, nunca como uma mercadoria subordinada aos interesses do mercado financeiro.

2 *O poder popular como forma de governar*

Os governos tradicionais tratam o povo apenas como eleitor. Chamam a população para votar a cada dois anos e, depois das eleições, transferem as decisões para gabinetes fechados, para as grandes empresas e para o mercado financeiro. Um Governo Popular rompe com essa lógica.

Foi convivendo com o povo que aprendemos que os maiores especialistas nos problemas de São Paulo são aqueles que os enfrentam todos os dias. É essa experiência coletiva que dará força ao nosso governo.

Por isso, governaremos com participação popular permanente. Criaremos mecanismos para que trabalhadores, estudantes, mulheres, juventude, população negra, cien-

tistas, servidores públicos, pequenos produtores e movimentos sociais participem diretamente da elaboração, da execução e da fiscalização das políticas públicas.

Fortaleceremos os conselhos estaduais, realizaremos conferências periódicas deliberativas, ampliaremos os mecanismos de orçamento participativo e garantiremos controle social sobre as empresas públicas e os serviços essenciais. É o povo quem deve decidir sobre a aplicação dos recursos públicos, definir prioridades e participar das grandes decisões do Estado.

Essa participação não pode ser apenas um gesto simbólico nem uma formalidade burocrática. Precisa ser uma forma concreta de democratizar o poder, combater a corrupção, enfrentar privilégios e impedir que o Estado continue capturado pelos interesses dos grandes grupos econômicos.

3 *O patrimônio público pertence ao povo*

As empresas públicas, os recursos naturais, a infraestrutura construída ao longo de gerações, as universidades, os hospitais, as ferrovias, os sistemas de abastecimento de água e todos os bens públicos pertencem ao povo paulista

e não são mercadorias nem ativos financeiros, eles são direitos básicos.

As privatizações realizadas nas últimas décadas demonstraram que entregar serviços essenciais ao mercado não melhora sua qualidade nem reduz custos para a população. Pelo contrário, a experiência mostra aumento de tarifas, precarização do atendimento, redução de investimentos, perda do controle público e submissão de direitos fundamentais aos lucros dos grandes capitalistas e dos bancos.

Foi exatamente esse caminho que o governo Tarcísio aprofundou ao privatizar a Sabesp e a EMAE, ampliar concessões no sistema metroferroviário e acelerar a entrega do patrimônio público. Os problemas vividos pela população após essas medidas mostram que o interesse privado jamais substituirá o compromisso que o Estado deve ter com o bem-estar do povo.

Um Governo Popular defenderá a reestatização e o controle público sobre os setores estratégicos da economia paulista. Reestatizaremos a Sabesp, ENEL e EMAE, as linhas privatizadas da CPTM e metrô e todos os serviços essenciais que precisam atender aos interesses da população pau-

lista. Água, saneamento, transporte, energia, educação e saúde não podem estar subordinados aos interesses do mercado.

Defender o patrimônio público significa defender a soberania do povo sobre as riquezas que ele próprio construiu. Significa garantir que empresas estratégicas sejam administradas para ampliar direitos, universalizar serviços e promover o desenvolvimento social, e não para distribuir lucros e dividendos a uma pequena minoria

É esse princípio que orientará todas as decisões de nosso governo: aquilo que pertence ao povo deve permanecer sob controle do povo.

4 *Democracia, igualdade e um orçamento a serviço do povo*

Não existe democracia plena quando uma pequena minoria concentra a riqueza enquanto a maioria luta diariamente para sobreviver. Também não existe democracia quando bancos, grandes empresários e o mercado financeiro exercem mais influência sobre as decisões do Estado do que milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Para a UP, a democracia precisa ser medida pela capacidade do povo de deci-

dir os rumos da sociedade e de usufruir da riqueza que ele próprio produz. Um governo democrático é aquele que garante direitos, amplia a participação popular e utiliza os recursos públicos para melhorar a vida da maioria da população.

Essa mudança exige coragem para enfrentar privilégios históricos. Significa revisar benefícios fiscais de milionários concedidos sem retorno social, combater desperdícios, enfrentar a captura do Estado pelos interesses privados e garantir que as riquezas produzidas em São Paulo sejam investidas onde elas realmente fazem diferença: na vida do povo.

Ao mesmo tempo, um Governo Popular assumirá o combate a todas as formas de exploração e opressão como uma tarefa permanente. Não construiremos uma sociedade justa enquanto milhões de trabalhadores permanecerem submetidos à exploração, enquanto mulheres continuarem vítimas da violência machista, enquanto a juventude negra seguir sendo a principal vítima da violência de Estado, enquanto povos indígenas e comunidades quilombolas tiverem seus direitos negados e enquanto pessoas LGBTIA+ sofrerem discriminação.

A luta por igualdade não é uma pauta secundária. Ela faz parte da luta por uma sociedade verdadeiramente democrática. Combater o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e todas as formas de discriminação significa ampliar a democracia e fortalecer a unidade do povo trabalhador na construção de um novo projeto para São Paulo.

interesses do grande capital e passará a atuar para garantir emprego, renda, direitos e qualidade de vida para quem vive do próprio trabalho. O desenvolvimento econômico não pode continuar sendo medido pelo crescimento dos lucros das grandes empresas, mas pela melhoria concreta das condições de vida do povo.

5 *Derrotar o fascismo e construir o socialismo em São Paulo*

O povo paulista enfrenta um dos momentos mais difíceis de sua história recente. Enquanto cresce a concentração da riqueza, aumentam também a violência, a retirada de direitos, a perseguição aos movimentos populares e a tentativa de transformar o medo em instrumentos de governo e controle social.

Para a UP, esse projeto possui um objetivo claro: preservar os privilégios do grande capital por meio do

autoritarismo e da violência. É isso que caracteriza o fascismo em nosso tempo. Não se trata apenas de um discurso intolerante ou de governos autoritários. Trata-se de uma política que coloca o Estado a serviço dos interesses do capital financeiro, criminaliza a organização popular, desmonta os serviços públicos e utiliza a violência para impedir que o povo lute por seus direitos.

Derrotar esse projeto é uma necessidade urgente. Defender a democracia, os direitos sociais, as liberdades públicas e a organização popular exige derrotar o fascismo representado, em São Paulo, pelo governo de Tarcísio de Freitas e por todos aqueles que colocam os interesses dos bilionários acima da vida do povo

Mas sabemos que essa tarefa, embora indispensável, não será suficiente. Enquanto permanecer um modelo econômico baseado na exploração do trabalho e na concentração da riqueza, novas formas de autoritarismo continuarão surgindo para defender os privilégios de uma pequena minoria.

Por isso, nosso horizonte é o socialismo.

O socialismo será construído pela organização consciente do povo trabalhador, pela

ampliação do poder popular e pela luta permanente por uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

É por isso que este documento é, acima de tudo, um programa político e uma convocação ao povo paulista. A tarefa que temos diante de nós é grande, mas também é possível. O estado mais rico do Brasil possui todas as condições para garantir uma vida digna ao seu povo. O que falta é colocar essa riqueza a serviço da maioria, romper com o poder dos grandes grupos econômicos e construir um governo comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

É esse o compromisso da Unidade Popular pelo Socialismo.

É esse o compromisso de nossa candidatura.

E é esse o caminho que propomos ao povo paulista: derrotar o fascismo, fortalecer o poder popular e construir, juntos, uma São Paulo socialista

O PROGRAMA DO PODER POPULAR E DO SOCIALISMO



**TRABALHO, EMPREGO E
DESENVOLVIMENTO PARA O POVO**



TRABALHO, EMPREGO E RENDA: GOVERNAR PARA QUEM TRABALHA

O povo trabalhador é a principal riqueza de São Paulo. É pelas mãos dos trabalhadores e das trabalhadoras que se produz tudo aquilo que movimenta a economia do Estado: os alimentos que chegam às nossas mesas, os trens e ônibus que transportam milhões de pessoas, as mercadorias que abastecem o comércio, os medicamentos produzidos pela indústria, as pesquisas realizadas nas universidades, as aulas nas escolas, os atendimentos nos hospitais e todos os serviços que fazem a sociedade funcionar.

Entretanto, quem produz essa riqueza recebe cada vez menos por ela. Nas últimas décadas, os trabalhadores perderam direitos, os salários perderam poder de compra, aumentaram a informalidade e a terceirização, cresceram os empregos precários e milhões de pessoas passaram a viver sem qualquer segurança sobre o próprio futuro. Ao mesmo tempo, bancos, grandes empresas e fundos de investimento acumulam lucros recordes, demonstrando que a riqueza produzida pelo povo continua sendo apropriada por uma peque-

na minoria.

Essa realidade é resultado de um sistema que coloca os interesses do mercado acima da dignidade humana: o capitalismo. O Estado não protege quem trabalha, priorizando a proteção de quem vive da exploração do trabalho alheio e da especulação financeira.

O Governo Popular romperá com esse modelo. Nossa política econômica será construída a partir de um princípio simples: toda decisão do Estado deve contribuir para melhorar a vida da classe trabalhadora.

O crescimento da economia só terá sentido se significar mais empregos, melhores salários, redução da jornada de trabalho e garantia de direitos.

Trabalho digno, salário digno

Milhões de trabalhadores continuam recebendo salários insuficientes para garantir uma vida digna. Mesmo trabalhando durante toda a semana, muitas famílias não conseguem pagar aluguel, alimentação, transporte e demais despesas básicas. Essa realidade é incompatível com a riqueza produzida pelo Estado de São Paulo.

Por isso, a UP assume como uma de suas principais bandeiras a luta pelo aumento de 100% do salário-mínimo. Sabemos que essa é uma medida de competência federal, mas o Governo do Estado não ficará de braços cruzados. Atuaremos para construir essa luta nacionalmente e faremos de São Paulo uma referência na valorização do trabalhador.

Nosso governo adotará esse princípio na política salarial do funcionalismo estadual, garantindo recomposição das perdas acumuladas, valorização permanente das carreiras e negociação coletiva com as categorias. Também condicionaremos incentivos fiscais às pequenas empresas e financiamentos públicos e

contratos com o Estado ao respeito aos direitos trabalhistas, ao pagamento de salários dignos e ao cumprimento das convenções coletivas.

Não aceitaremos que recursos públicos financiem empresas que enriquecem às custas da precarização do trabalho.

Pelo fim da escala 6x1

Uma sociedade que obriga milhões de pessoas a trabalhar seis dias por semana e descansar apenas um naturaliza a exploração como forma de organização da vida. A escala 6x1 impede os trabalhadores de conviverem com suas famílias, limita o acesso ao estudo, dificulta a participação política, reduz o tempo para atividades culturais e esportivas e compromete a saúde física e mental.

Defendemos o fim da escala 6x1 porque acreditamos que o desenvolvimento deve servir para melhorar a qualidade de vida do povo e não apenas para aumentar a produtividade e os lucros das empresas.

Nosso governo apoiará a luta nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial e adotará esse princípio em toda a administração estadual, respeitando as especificidades

dos serviços essenciais e construindo essa transição por meio do diálogo com os trabalhadores.



Um grande plano estadual de geração de empregos

São Paulo precisa voltar a produzir riqueza para o povo e não apenas lucros para o mercado financeiro.

Lançaremos um Plano Estadual de Geração de Empregos articulando investimentos públicos, recuperação da capacidade industrial, fortalecimento das empresas estatais, ampliação da infraestrutura, incentivo à inovação tecnológica e apoio à agricultura.

Cada obra pública realizada pelo Estado deverá gerar empregos de qualidade, estimular a economia local e fortalecer a indústria nacional. As compras governamentais e contratações de serviços priorizarão empresas instaladas no Brasil, cooperativas, pequenas empresas e empreendimentos comprometidos com a geração de empregos e o respeito aos direitos trabalhistas.

O Estado voltará a exercer um papel ativo no desenvolvimento econômico, planejando investimentos e utilizando seu poder de indução para fortalecer setores estratégicos da economia paulista sob controle operário e popular.

Direitos para quem vive do trabalho

A precarização das relações de trabalho não pode continuar sendo tratada como modernização. O crescimento do trabalho por aplicativos, da terceirização indiscriminada e da informalidade retirou direitos históricos da classe trabalhadora e ampliou a insegurança de milhões de famílias.

Nosso governo defenderá a regulamentação do trabalho em plataformas digitais com garantia de direitos, fortalecerá a fiscalização das empresas contratadas pelo Estado, combaterá fraudes trabalhistas em contratos públicos e impedirá a terceirização, que reduz salários e retira direitos.

A valorização do trabalho exige segurança, estabilidade, remuneração justa e respeito à organização sindical.

Economia popular e cooperativismo

Milhões de paulistas garantem sua sobrevivência por meio do pequeno comércio,

da produção familiar, das cooperativas, dos empreendimentos solidários e do trabalho autônomo. Esses trabalhadores movimentam a economia local, geram renda e fortalecem suas comunidades, mas raramente recebem apoio do poder público.



Nosso Governo Popular criará políticas permanentes de crédito público, assistência técnica, compras governamentais e incentivo às cooperativas populares, fortalecendo formas de produção baseadas na solidariedade e na cooperação.

Servidores públicos: trabalhadores que garantem os direitos do povo

Não existe serviço público de qualidade sem servidores valorizados.

Durante décadas, os trabalhadores do serviço público paulista enfrentaram congelamento salarial, terceirizações, falta de concursos e precarização das condições de trabalho. Essa política enfraqueceu o Estado e prejudicou diretamente o atendimento à população.

Nosso governo realizará con-

ursos públicos periodicamente, reduzirá progressivamente a terceirização até o fim desse regime de trabalho, reconstruirá as carreiras do funcionalismo, garantirá formação continuada e estabelecerá mesas permanentes de negociação com as entidades representativas dos servidores.

Valorizar os servidores significa fortalecer a saúde pública, a educação, a segurança, a assistência social e todos os serviços essenciais oferecidos ao povo.

Nosso compromisso

No capitalismo, a força de trabalho é tratada como uma mercadoria. Homens e mulheres vendem sua capacidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência, enquanto a riqueza que produzem é apropriada pelos patrões na forma de lucro. Essa lógica transforma direitos em custos, reduz salários, amplia jornadas, precariza relações de trabalho e coloca a economia a serviço da acumulação de riqueza, e não das necessidades do povo.



Nosso compromisso é utilizar toda a capacidade do Estado para valorizar quem

trabalha, distribuir a riqueza produzida pela sociedade, garantir empregos dignos e eliminar o desemprego, ampliar direitos e construir uma economia voltada para assegurar uma vida digna para todas as pessoas.

As propostas apresentadas neste capítulo representam os primeiros passos de um novo projeto para São Paulo: um projeto em que o trabalho esteja acima do lucro, em que a riqueza produzida pelo povo retorne ao próprio povo e em que a economia deixe de servir aos interesses de uma pequena minoria para servir à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática: a sociedade socialista.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REINDUSTRIALIZAÇÃO: PRODUZIR RIQUEZA PARA O POVO, NÃO PARA OS RENTISTAS

Nenhum outro estado do país reúne tantas condições para garantir emprego, salário e qualidade de vida ao seu povo como São Paulo.

Apesar disso, milhões de paulistas convivem diariamente com o desemprego, a informalidade, os baixos salários, a falta de oportunidades e a fome. Enquanto bancos e fundos de investimento registram lucros recordes, pequenas empresas fecham as portas, cadeias industriais são desmontadas e regiões inteiras deixam de

aproveitar seu potencial econômico.

Hoje, em vez de investir na indústria, na ciência, na infraestrutura e na geração de empregos, o Governo do Estado de São Paulo favorece os interesses do mercado financeiro, concedendo benefícios ao grande capital e deixando que setores estratégicos da economia fossem enfraquecidos ou entregues à iniciativa privada.

Nossa prioridade será reconstruir a capacidade pro-

ductiva de São Paulo, fortalecer a indústria, estimular a inovação, ampliar os investimentos públicos e colocar toda a riqueza produzida em nosso estado a serviço do povo trabalhador.

Reindustrializar São Paulo para gerar empregos de qualidade

A industrialização foi uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico paulista. A partir dela, o Estado impulsionou a formação de universidades, centros tecnológicos, infraestrutura, serviços públicos e

milhões de empregos qualificados. No entanto, nas últimas décadas, a desindustrialização reduziu nossa capacidade produtiva, fechou fábricas, precarizou o trabalho e aumentou a dependência da economia paulista em relação ao setor financeiro.

Nosso governo elaborará um Plano Estadual de Reindustrialização voltado à recuperação da capacidade produtiva do estado, priorizando setores estratégicos para o desenvolvimento nacional e para a geração de empregos de qualidade.

Investiremos no fortalecimento da indústria farmacêutica e da produção de medicamentos, da indústria ferroviária, da fabricação de máquinas e equipamentos, da produção de semicondutores, da economia digital, das energias renováveis, da indústria química e petroquímica e da produção de equipamentos hospitalares.



Também ampliaremos investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, articulando universidades públicas, institutos de pesquisa, empresas estatais e setor produtivo.

O Estado voltará a planejar seu desenvolvimento econômico. Não aceitaremos que decisões fundamentais para o futuro de São Paulo sejam determinadas pelos interesses do mercado financeiro.

Um Estado forte para construir um desenvolvimento soberano, popular e socialista

Nenhum país se industrializou deixando o planejamento econômico nas mãos do mercado.

As maiores economias do mundo utilizaram empresas públicas, planejamento e financiamento estatal, investimentos governamentais e proteção da produção nacional para construir sua capacidade industrial. São Paulo precisa recuperar essa capacidade de planejar seu próprio desenvolvimento.

Nosso governo utilizará o orçamento estadual, o sistema público de crédito, as empresas estatais e o poder de compra do Estado para impulsionar a produção, fortalecer empresas públicas, combater os monopólios privados e ampliar o controle social sobre os setores estratégicos da economia.

Nosso governo elaborará um Plano Estadual de Reindustrialização voltado à recuperação da capacidade produtiva do estado, priorizando setores estratégicos para o desenvolvimento nacional e

para a geração de empregos de qualidade.

Defendemos a construção e o fortalecimento de empresas estatais nos setores considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico paulista, garantindo que áreas estratégicas permaneçam sob controle público e sejam administradas em função do interesse coletivo.

O desenvolvimento econômico não pode continuar subordinado aos interesses do grande capital e dos rentistas. Cabe ao Estado dirigir os investimentos, estimular a produção, proteger os trabalhadores e garantir que a riqueza produzida em São Paulo cumpra uma função social.

Ciência, tecnologia e formação politécnica: ciência, tecnologia e inovação a serviço do povo

São Paulo reúne uma das maiores concentrações de conhecimento científico da América Latina. Universidades como USP, Unicamp e Unesp, além das Fatecs, Etec's e dezenas de institutos públicos de pesquisa como o Instituto Butantã, produzem conhecimento de excelência reconhecido internacionalmente.

Essa capacidade científica, porém, precisa estar voltada para resolver os problemas

concretos da sociedade. Nosso governo ampliará os investimentos na pesquisa pública, fortalecerá a Fapesp e seus pesquisadores, incentivará a produção tecnológica nacional e promoverá a integração entre universidades, empresas públicas e centros de pesquisa para desenvolver soluções nas áreas da saúde, mobilidade, agricultura, tecnologia da informação, defesa civil, transição energética e combate às mudanças climáticas.

A ciência deve servir ao desenvolvimento do povo e não apenas aos interesses privados.

Formação politécnica para reconstruir a indústria paulista

Nenhum projeto de desenvolvimento será sustentável sem investimento em ciência, tecnologia e formação profissional. Nosso Governo construirá uma ampla política estadual de formação politécnica para a juventude.

As Escolas Técnicas Estaduais serão fortalecidas e articuladas a uma rede de escolas politécnicas especializadas na formação de profissionais para os setores estratégicos da economia paulista. A formação profissional deixará de responder exclusivamente às demandas imediatas do mercado e

passará a acompanhar o planejamento econômico do Estado.

Prepararemos trabalhadores para atuar na indústria ferroviária, petroquímica, farmacêutica, de máquinas e equipamentos, semicondutores, tecnologia da informação, construção civil, energia, logística e demais setores considerados fundamentais para o desenvolvimento soberano e socialista de São Paulo.

Nosso objetivo é formar profissionais capazes de dominar todas as etapas do processo produtivo, unindo conhecimento científico, formação técnica e consciência social, fortalecendo uma indústria comprometida com as necessidades do povo.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL: **LEVAR DESENVOLVIMENTO PARA TODAS AS** **REGIÕES DE SÃO PAULO**

Cada região paulista possui enorme potencial econômico. O papel do Estado é integrar essas capacidades em um projeto comum de desenvolvimento, reduzindo desigualdades regionais e distribuindo oportunidades por todo o território.

Na Baixada Santista, defendemos a reestatização completa do Porto de Santos, garantindo que o maior porto da América Latina volte a servir ao desenvolvimento nacional. Sua gestão deve estar subordinada aos interesses do povo brasileiro,

ampliando investimentos em infraestrutura, logística, indústria naval e geração de empregos e não aos interesses de operadores privados.

No ABC Paulista, reconstruiremos a força industrial da região, fortalecendo os setores metalúrgico, automobilístico, químico e de bens de capital. Nosso governo defenderá a encampação de plantas industriais abandonadas ou fechadas por grandes empresas, colocando essas estruturas novamente em funcionamento

sob controle público ou de cooperativas de trabalhadores, preservando empregos e capacidade produtiva.

No Litoral Norte, impulsionaremos o complexo de petróleo, gás e petroquímica, fortalecendo a cadeia produtiva ligada à Petrobras, ampliando investimentos industriais e garantindo que a exploração dessas riquezas esteja comprometida com o desenvolvimento regional, a soberania energética e a proteção ambiental.

Na Região Metropolitana de

Campinas, articularemos universidades, centros de pesquisa e parques tecnológicos a uma política industrial voltada para semicondutores, tecnologia da informação, telecomunicações, biotecnologia, equipamentos médicos e inovação de alta complexidade, transformando a região em referência nacional na produção tecnológica.

No Vale do Paraíba, fortaleceremos a indústria aeroespacial, ferroviária e de defesa, ampliando a integração entre pesquisa científica, empresas públicas e produção industrial.

Na região de Ribeirão Preto, promoveremos a diversificação produtiva, fortalecendo a indústria de transformação, a produção de máquinas agrícolas, a agroindústria e a pesquisa aplicada, reduzindo a dependência da exportação de commodities.

Na região de Ribeirão Preto, promoveremos a diversificação produtiva, fortalecendo a indústria de transformação, a produção de máquinas agrícolas, a agroindústria e a pesquisa aplicada, reduzindo a dependência da exportação de commodities.

O Vale do Ribeira terá prioridade em políticas de reforma agrária, agricultura familiar, agroindustrializa-

ção, turismo sustentável e preservação ambiental, enfrentando décadas de abandono e exclusão.

As demais regiões do estado também receberão investimentos compatíveis com suas vocações produtivas, garantindo que nenhum município seja condenado ao atraso por ausência de planejamento público.



REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA ALIMENTAR

O campo paulista também reflete a profunda desigualdade existente no estado. Grandes propriedades concentram terras, riqueza e poder econômico, enquanto milhares de famílias agricultoras enfrentam dificuldades para produzir e permanecer no campo.

Nosso Governo Popular realizará a reforma agrária no âmbito estadual como instrumento de democratização do acesso à terra e de combate à desigualdade no campo. Para isso, promoveremos a desapropriação de latifúndios improdutivos, das terras de empresas responsáveis por graves crimes ambientais e de terras públicas subutilizadas, além de ampliar a fiscalização de trabalho es-

cravo e infantil, expropriando as terras de empresas flagradas cometendo estes crimes, destinando-as para assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Revogaremos a chamada Lei da Grilagem e retomaremos as terras públicas que foram entregues pelo Estado aos grandes capitalistas do agro-negócio, destinando todas essas áreas à Reforma Agrária. Com isso, fortaleceremos a agricultura familiar, ampliaremos a produção de alimentos saudáveis, geraremos empregos no campo e garantiremos que a terra cumpra sua função social, servindo aos interesses do povo trabalhador e não à concentração de riqueza nas mãos de uma minoria.

A agricultura familiar, as cooperativas rurais e os assentamentos receberão crédito público, assistência técnica, infraestrutura, acesso à tecnologia, agroindustrialização e garantia de comercialização por meio das compras governamentais.

Também incentivaremos a produção agroecológica e reduziremos progressivamente a dependência de agrotóxicos, fortalecendo uma agricultura voltada à soberania alimentar e à preservação ambiental.

A agricultura deve alimentar o povo brasileiro antes de atender aos interesses da exportação e da especulação.



DESENVOLVIMENTO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA

Desenvolvimento sustentável ocorre quando se criam as condições de desenvolver social e economicamente o estado sem reduzir as possibilidades de que o desenvolvimento continue ocorrendo nas gerações futuras. Isso, por si só, não é possível no capitalismo, uma vez que o lucro da classe dominante está acima da vida das pessoas e do meio ambiente.

Por isso, nosso plano de desenvolvimento sustentável para o estado de São Paulo prevê a articulação e integração das políticas pú-

blicas ambientais, sociais, econômicas, transpassando o enfrentamento às desigualdades de gênero, raça, geração e territorial.

Esse princípio, fortalece uma economia socialmente sustentável e cria condições para o enfrentamento à crise climática, que é uma das maiores ameaças enfrentadas pela humanidade.

Seus efeitos já são sentidos diariamente em São Paulo, cujas consequências são enchentes, deslizamentos, secas prolongadas, ondas de calor, queimadas e a destrui-

ção de ecossistemas afetam principalmente a classe trabalhadora, que vive nas áreas mais vulneráveis, enfrenta infraestrutura precária e possui menos condições de se proteger dos desastres ambientais.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, enfrentar a crise climática não significa impedir o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento da produção ou pelo aumento dos lucros. Ele deve ser medido, sobretudo, pela capacidade de garantir

uma vida digna para o povo, preservando as condições ambientais que tornam essa vida possível.

Por isso, uma de nossas propostas é solucionar com seriedade o problema das enchentes. Todos os anos as mesmas regiões são vítimas desse desastres e as pessoas perdem tudo. Com um programa de desimpermeabilização do solo pretendemos, a partir dos conhecimentos populares, abrir frentes de trabalho para substituir áreas de excesso de cimento e asfalto por solos permeáveis que absorvem água. Além disso, obras para melhorar o sistema de escoamento de água nessas regiões são necessárias, melhorando sistemas de drenagem, reservatórios subterrâneos e piscinões.

O fortalecimento da defesa civil, alinhadas com uma justa política de habitação e assistência social, também faz parte da preservação da vida.

O fortalecimento da defesa civil, alinhadas com uma justa política de habitação e assistência social, também faz parte da preservação da vida.

Ainda do ponto de vista das águas, consideramos fundamental um projeto verdadeiramente comprome-

tido com a despoluição dos rios do estado, em especial do Rio Tietê, impedindo que empresas sigam poluindo o rio e contando com um plano de médio a longo prazo para que o rio seja desassoreado, tenha as matas ciliares recuperadas e possa ser utilizado pela população paulista.

Nosso projeto de reindustrialização será orientado por esse princípio. A expansão da capacidade produtiva paulista deverá caminhar junto com a proteção dos recursos naturais, a redução da emissão de poluentes, o uso racional da água e da energia, o incentivo às tecnologias limpas e a recuperação das áreas degradadas. A indústria do futuro deve produzir o que o povo necessita para viver com dignidade, utilizando processos cada vez mais sustentáveis e comprometidos com a preservação da vida.

Nosso Governo Popular promoverá uma transição ecológica planejada, ampliando investimentos em transporte público de baixa emissão, energias renováveis, saneamento básico, reciclagem, pesquisa científica e inovação tecnológica voltadas para a sustentabilidade.

Também fortaleceremos a fiscalização ambiental, com-

bateremos o desmatamento, protegeremos os mananciais e preservaremos os biomas paulistas, compreendendo que a defesa do meio ambiente é uma condição para o desenvolvimento soberano do estado.

Rejeitamos a falsa escolha entre industrialização e preservação ambiental. São Paulo possui conhecimento científico, capacidade tecnológica e força produtiva suficientes para gerar empregos de qualidade enquanto reduz seus impactos ambientais. Cabe ao Estado planejar essa transformação, impedindo que os interesses do grande capital continuem colocando o lucro acima da vida.

O desenvolvimento soberano e socialista de São Paulo depende da construção de um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar indústria, ciência, trabalho e preservação ambiental. Cuidar do meio ambiente é cuidar da saúde, da segurança, da produção de alimentos, do abastecimento de água e da qualidade de vida das atuais e das futuras gerações. Não haverá desenvolvimento verdadeiro se ele significar a destruição das condições que garantem a existência da própria sociedade.



**COMBATE ÀS PRIVATIZAÇÕES:
SERVIÇOS PÚBLICOS PARA
GARANTIR DIREITOS**



ÁGUA, SANEAMENTO E ENERGIA: DIREITOS DO POVO, NÃO MERCADORIAS

A água é um direito humano fundamental. Da mesma forma, o saneamento básico e a energia elétrica são condições indispensáveis para garantir saúde, dignidade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Nenhuma sociedade pode assegurar direitos básicos quando o acesso a esses serviços depende da capacidade de pagamento das famílias ou da busca por lucro de empresas privadas.

Durante décadas, sucessivos governos paulistas trataram os serviços públicos como oportunidades de negócio. Esse processo atingiu seu

ponto mais grave com o governo Tarcísio de Freitas, que privatizou a Sabesp e aprofundou a entrega de setores estratégicos ao grande capital. A promessa era de mais investimentos, tarifas menores e maior eficiência. O que a população passou a vivenciar foi exatamente o contrário: aumento da insegurança sobre um patrimônio construído por gerações de trabalhadores, obras executadas sem planejamento adequado, acidentes, comunidades inteiras afetadas e a transformação de um direito essencial em fonte de lucro para acionistas.

Essa lógica não se limita ao saneamento. A privatização e a financeirização dos serviços de infraestrutura fizeram crescer a precarização do abastecimento, ampliaram a vulnerabilidade diante das mudanças climáticas e reduziram a capacidade do Estado de planejar o desenvolvimento. Quando empresas privadas controlam serviços essenciais, as decisões deixam de ser orientadas pelas necessidades da população e passam a responder aos interesses do mercado financeiro.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, esse caminho precisa ser revertido. Nosso Governo Popular tratará a água, o saneamento e a energia como bens públicos estratégicos para o desenvolvimento do estado e para a garantia dos direitos do povo. Não aceitaremos que recursos naturais indispensáveis à vida permaneçam subordinados à lógica da especulação financeira.

Reestatizar a Sabesp para garantir água como direito

A reestatização da Sabesp será uma prioridade de nosso governo.

A empresa foi construída com o trabalho e os recursos do povo paulista e desempenhou um papel fundamental na expansão do abastecimento de água e do saneamento em todo o estado. Sua privatização representou a transferência de um patrimônio estratégico para grupos privados cujo compromisso principal é remunerar acionistas, e não universalizar direitos.

Nosso governo trabalhará pela retomada do controle público da Sabesp, garantindo redução nas tarifas e uma gestão transparente, eficiente e submetida ao controle social da população e dos trabalhadores da empresa. A água deve voltar a ser administrada em função

das necessidades do povo, assegurando investimentos permanentes na expansão da rede, na modernização da infraestrutura e na segurança hídrica de todas as regiões paulistas.



Universalizar o saneamento básico

Ainda existem milhares de famílias vivendo sem coleta e tratamento de esgoto, abastecimento regular de água e infraestrutura adequada, especialmente nas periferias urbanas, no litoral, no Vale do Ribeira e em diversos municípios do interior.

Universalizar o saneamento não é apenas uma política de infraestrutura. É uma medida de saúde pública, de preservação ambiental e de redução das desigualdades sociais.

Nosso governo ampliará os investimentos públicos para garantir que toda a população tenha acesso ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e manejo adequado de resíduos sólidos. Nenhuma comunidade será deixada para trás porque não representa lucro para empresas privadas.

Tarifa social e combate à pobreza

Nenhuma família deve ser privada do acesso à água ou à energia por não conseguir pagar uma conta.

Implementaremos e ampliaremos políticas de tarifa social para assegurar que famílias de baixa renda tenham acesso aos serviços essenciais com preços compatíveis com sua realidade econômica.

Também fortaleceremos programas de combate ao desperdício e de modernização das redes de distribuição, reduzindo perdas e tornando o sistema mais eficiente sem transferir os custos para a população.

Proteger os mananciais e planejar o futuro

São Paulo enfrenta desafios cada vez maiores relacionados às mudanças climáticas, às crises hídricas e à degradação ambiental. A proteção dos mananciais é uma condição indispensável para garantir segurança hídrica às gerações futuras.

Nosso governo fortalecerá as políticas de preservação das bacias hidrográficas, protegerá áreas ambientalmente sensíveis por meio de políticas habitacionais e urbanas integradas e ampliará os investimentos em recuperação de nascentes, reflorestamento e monitoramento

ambiental.

O planejamento dos recursos hídricos será realizado de forma integrada entre Estado, municípios, universidades, institutos de pesquisa e organizações populares, garantindo que decisões estratégicas sejam tomadas com base no interesse público e na preservação do patrimônio natural paulista.

Energia para o desenvolvimento do povo

A política energética também precisa deixar de atender aos interesses dos grandes grupos privados para servir ao desenvolvimento do estado.

O Governo Popular defenderá a ampliação dos investimentos públicos em geração e distribuição de energia, incentivará fontes renováveis, fortalecerá a pesquisa científica e tecnológica e utilizará o planejamento estatal para garantir segurança energética, redução das desigualdades regionais e apoio à reindustrialização de São Paulo.

A transição energética deve criar empregos, fortalecer a indústria nacional e reduzir impactos ambientais, nunca servir apenas como novo espaço de acumulação para grandes empresas. Tudo isso passa, necessariamente, pela reestatização da geração e distribuição de energia em

São Paulo, revertendo a privatização da Enel e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE).

Nosso compromisso

Água, saneamento e energia não podem ser tratados como mercadorias negociadas nas bolsas de valores. São bens essenciais para a vida e instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Por isso, o Governo Popular colocará esses serviços novamente sob controle público, garantindo investimentos permanentes, participação popular na gestão e compromisso com a universalização dos direitos. Defender a reestatização da Sabesp, proteger nossos mananciais e assegurar acesso universal ao saneamento e à energia significa colocar a riqueza construída pelo povo paulista a serviço do próprio povo.

Esse é o caminho para reconstruir um Estado comprometido com os direitos da maioria e avançar na construção do socialismo em São Paulo.



TRANSPORTE PÚBLICO:

MOBILIDADE COMO DIREITO, NÃO COMO NEGÓCIO

O transporte público é um dos serviços mais importantes para garantir o direito à cidade, ao trabalho, à educação, à saúde e à cultura. Todos os dias, milhões de trabalhadores e trabalhadoras passam horas em ônibus, trens e metrô para chegar ao emprego, estudar ou acessar serviços públicos. O tempo perdido em viagens longas, a superlotação e as tarifas elevadas representam uma enorme transferência de riqueza e qualidade de vida da classe trabalhadora para um sistema que prioriza o lucro em vez das necessidades da população.

São Paulo possui a maior rede de transporte metropolitano do país, construída ao longo de décadas com recursos públicos e pelo trabalho do povo paulista. No entanto, em vez de fortalecer esse patrimônio, sucessivos governos optaram por privatizar linhas ferroviárias, ampliar concessões e transformar a mobilidade urbana em uma fonte de lucro para grandes grupos econômicos.

O governo Tarcísio aprofundou esse processo ao acelerar a privatização das linhas da CPTM e ampliar as con-

cessões do sistema metroferroviário. A promessa foi a mesma utilizada em todas as privatizações: mais eficiência, melhor qualidade e redução dos custos para o Estado. A realidade mostrou outra coisa. A população passou a conviver com falhas constantes nas linhas privatizadas, incêndios em trens, interrupções frequentes, atrasos, superlotação e perda da qualidade do serviço. Mais uma vez ficou evidente que, quando um serviço essencial passa a ser administrado segundo a lógica do mercado, o interesse dos acionistas fala mais alto que

o direito do povo.

Mesmo sendo as linhas que apresentam mais falhas, o governo de Tarcísio entregou 88% de todo o recurso destinado ao transporte para os bolsos das empresas privadas. As empresas públicas, que transportam um número maior de passageiros, vão sendo asfixiadas por falta de recursos, medida proposital para justificar futuras privatizações dessas linhas.



Para a UP, a mobilidade não pode ser tratada como mercadoria. O transporte coletivo é um direito social e uma condição para reduzir desigualdades, integrar as regiões do estado e garantir desenvolvimento econômico. Nosso Governo Popular assumirá o compromisso de reconstruir um sistema de transporte público planejado para atender às necessidades da população, e não às exigências de rentabilidade das empresas privadas.

Reestatizar a CPTM e fortalecer o Metrô público

A recuperação do controle público sobre o sistema metropolitano será uma prio-

riedade de nosso governo.

O transporte ferroviário deve voltar a ser planejado como um sistema integrado, administrado pelo Estado e orientado pelo interesse público. O objetivo não deve ser gerar dividendos para investidores, mas oferecer um serviço seguro, eficiente, acessível e de qualidade para milhões de paulistas.

Expandir a malha ferroviária e integrar o estado

São Paulo precisa voltar a investir pesadamente no transporte sobre trilhos.

Nosso governo retomará o planejamento da expansão da rede de metrô e trens metropolitanos, articulando a capital, a Região Metropolitana, a Baixada Santista, o Vale do Paraíba, Campinas, Sorocaba e outras regiões estratégicas. Também defenderemos a recuperação e expansão das ferrovias estaduais para o transporte de passageiros, reduzindo a dependência do transporte rodoviário, diminuindo congestionamentos, aumentando a segurança nas viagens e contribuindo para uma mobilidade ambientalmente mais sustentável.

Investir em transporte ferroviário significa gerar empregos, fortalecer a indústria nacional, reduzir custos logísticos e melhorar a qualidade de vida da população.

Tarifa mais justa e integração do transporte

O custo do transporte pesa todos os meses no orçamento das famílias trabalhadoras. Em muitos casos, o valor gasto com passagens compromete uma parcela significativa da renda, limitando o acesso ao trabalho, ao lazer, à cultura e aos serviços públicos.

O Governo Popular defenderá a redução gradual das tarifas, ampliará os mecanismos de integração entre diferentes modais e trabalhará para construir um sistema metropolitano verdadeiramente integrado, permitindo que a população se desloque com mais rapidez, menor custo e maior conforto.

A mobilidade deve ser planejada como uma política pública de inclusão social e desenvolvimento, e não como um negócio altamente lucrativo para concessionárias privadas.

Transporte com planejamento público e participação popular

O crescimento das cidades exige planejamento de longo prazo. As decisões sobre novas linhas, investimentos e prioridades não podem continuar subordinadas aos interesses das empresas concessionárias ou às oportunidades de negócio do mercado financeiro.

Nosso governo fortalecerá os órgãos públicos de planejamento da mobilidade, ampliará a participação dos trabalhadores do setor, dos usuários e das universidades na elaboração das políticas de transporte e garantirá transparência sobre contratos, investimentos e indicadores de qualidade.

Os profissionais do Metrô, da CPTM e dos demais sistemas públicos possuem conhecimento acumulado fundamental para melhorar os serviços. Essa experiência será valorizada e incorporada à gestão do sistema.

Transporte para desenvolver São Paulo

O transporte público não deve ser visto apenas como uma política de mobilidade. Ele é também uma ferramenta de desenvolvimento econômico.

A expansão da indústria ferroviária, a fabricação nacional de trens, equipamentos e sistemas de sinalização, a realização de obras públicas e a ampliação da infraestrutura podem gerar milhares de empregos qualificados e fortalecer a reindustrialização do estado. Por isso, articularemos nossa política de mobilidade ao Plano Estadual de Reindustrialização, utilizando o poder de compra do Estado para estimular a produção nacio-

nal, o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos.

Nosso compromisso

O povo paulista construiu uma das maiores redes de transporte da América Latina. Esse patrimônio não pode continuar sendo desmontado para ampliar os lucros de grupos privados.

Nosso Governo Popular devolverá o transporte coletivo ao controle público, reestatizando as linhas privatizadas da CPTM, fortalecendo o Metrô, acabando com as concessões no transporte e na gestão das estradas, expandindo a malha ferroviária e planejando a mobilidade como um direito social.

Nosso compromisso é construir um sistema de transporte acessível, seguro, eficiente, integrado e sustentável, capaz de garantir o direito de ir e vir e contribuir para um projeto de desenvolvimento voltado às necessidades da classe trabalhadora.

Defender o transporte público é defender o direito do povo à cidade, ao trabalho e à dignidade. É também afirmar que a infraestrutura construída por gerações de trabalhadores deve permanecer a serviço do próprio povo, como parte da constru-

ção do socialismo em São Paulo.



SAÚDE: FORTALECER O SUS

E ACABAR COM A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

A saúde é um direito de todo o povo e um dever do Estado. Foi esse princípio que orientou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma das maiores conquistas da classe trabalhadora brasileira e um dos mais importantes sistemas públicos de saúde do mundo. O SUS garante vacinação, atenção primária, atendimento de urgência, tratamento de doenças complexas, vigilância epidemiológica, transplantes, produção científica e assistência para milhões de pessoas todos os dias.

Entretanto, em São Paulo, esse patrimônio vem sendo sistematicamente desmontado. Nas últimas décadas, sucessivos governos substituíram o investimento direto na rede pública pela terceirização da gestão por meio das chamadas Organizações Sociais (OSs), transferindo bilhões de reais do orçamento estadual para entidades privadas. Em vez de fortalecer a capacidade do Estado de planejar, administrar e ampliar os serviços públicos, criou-se um modelo marcado pela precariza-

ção das relações de trabalho, fragmentação da gestão, falta de transparência e crescente mercantilização da saúde.

O governo Tarcísio aprofundou essa política, ampliando a presença do setor privado na administração da saúde pública e enfraquecendo ainda mais a gestão direta do Estado. Enquanto isso, milhões de paulistas continuam enfrentando longas filas para consultas, exames e cirurgias, hospitais superlotados, falta de profis-

sionais e medicamentos, com grandes dificuldades para acessar atendimento especializado.

Nosso Governo Popular reconstruirá a capacidade do Estado de cuidar do povo, fortalecendo o SUS, valorizando seus trabalhadores e colocando fim ao processo de privatização da saúde pública.

O fim das Organizações Sociais e a retomada da gestão pública

Nossa prioridade será substituir progressivamente a gestão privada realizada por Organizações Sociais pela administração pública direta dos serviços estaduais de saúde.

A terceirização da gestão não resolveu os problemas do sistema. Pelo contrário, aumentou os custos, reduziu a transparência sobre a utilização dos recursos públicos, dificultou o planejamento integrado da rede estadual e precarizou as relações de trabalho, chegando a estabelecer quarteirizações na contratação de profissionais da saúde, que convivem com constantes assédios em um modelo de produtividade que contraria os princípios do SUS e piora o atendimento à população.

Nosso governo fortalecerá a Secretaria Estadual da Saúde para reassumir plenamente

a gestão de hospitais, ambulatorios, centros especializados e demais equipamentos públicos. O patrimônio construído com recursos do povo deve voltar a ser administrado pelo próprio Estado, sob controle público, com fiscalização social e realização periódica de concursos públicos para contratação de profissionais qualificados.

Fortalecer o SUS como patrimônio do povo brasileiro

O Sistema Único de Saúde precisa ser tratado como prioridade permanente do Estado.

Nosso governo ampliará os investimentos na rede pública, fortalecerá a integração entre os serviços estaduais e municipais e defenderá a atuação articulada entre hospitais, unidades básicas de saúde, centros de especialidades e serviços de alta complexidade, garantindo atendimento contínuo e humanizado.

Daremos atenção especial aos serviços de atenção primária, principal porta de entrada do SUS e responsável pela resolução de até 90% das necessidades básicas dos pacientes.

Também fortaleceremos instituições públicas de excelência, os laboratórios estatais, os institutos de pesquisa e as universidades, articu-

lando a produção científica ao desenvolvimento de medicamentos, vacinas, equipamentos e novas tecnologias voltadas às necessidades da população.

Defender o SUS significa defender a soberania nacional, a ciência brasileira e o direito universal à saúde.

Reduzir filas e ampliar o acesso ao atendimento

Milhões de paulistas aguardam durante meses, e muitas vezes anos, por consultas especializadas, exames e cirurgias. Essa situação provoca sofrimento, agrava doenças e amplia as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Nosso Governo Popular lançará um plano permanente para reduzir as filas de atendimento, ampliando a capacidade da rede pública por meio da realização de concursos para contratação de profissionais, da abertura de novos serviços, da modernização da infraestrutura hospitalar e da utilização integrada dos equipamentos públicos existentes.

O objetivo não será apenas diminuir estatísticas de espera, mas garantir que toda pessoa tenha acesso ao tratamento de que necessita no momento adequado.

Valorizar os trabalhadores da saúde

Nenhum sistema público funciona sem seus trabalhadores.

Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários, fisioterapeutas, psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais, pesquisadores, profissionais administrativos e milhares de outros servidores sustentam diariamente o funcionamento do SUS.

Nosso governo realizará concursos públicos, reduzirá progressivamente a terceirização das atividades permanentes, reconstruirá planos de carreira, garantirá formação continuada e estabelecerá mesas permanentes de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores da saúde.

Valorizar esses profissionais significa melhorar direta-

mente a qualidade do atendimento oferecido ao povo paulista.

Produzir saúde, ciência e medicamentos

O estado de São Paulo reúne algumas das maiores instituições científicas e de pesquisa da América Latina. Essa capacidade precisa estar integrada a um projeto de fortalecimento do SUS.

Nosso governo apoiará a produção pública de medicamentos, vacinas, equipamentos hospitalares e tecnologias em saúde, fortalecendo os institutos públicos de pesquisa, as universidades estaduais e a indústria nacional. A saúde deve ser também um motor da reindustrialização, da inovação científica e tecnológica e da geração de empregos qualificados.

Produzir conhecimento e medicamentos no Brasil signifi-

ca reduzir a dependência externa, ampliar a soberania nacional e garantir maior segurança para o atendimento da população.

Nosso compromisso

A saúde não pode continuar subordinada aos interesses de empresas privadas que lucram com o sofrimento da população.

Nosso Governo Popular colocará fim à privatização da gestão da saúde, fortalecerá o SUS, ampliará os investimentos públicos, realizará concursos, valorizará seus trabalhadores e reconstruirá a capacidade do Estado de oferecer atendimento universal, gratuito e de qualidade.

Defender a saúde pública é defender a vida. É garantir que nenhum paulista seja privado de atendimento por sua condição econômica e afirmar que um direito tão fundamental não pode estar subordinado à lógica do lucro.

Esse é o compromisso da Unidade Popular pelo Socialismo: reconstruir um sistema público forte, democrático e universal, colocando a saúde a serviço do povo trabalhador e da construção do socialismo em São Paulo.



